

OFI- CINNA D CES

Raça, diversidade e diferença:
apontamentos para o estudo
interdisciplinar da história
pública e escolar

Marta Araújo

n.º 465
Fevereiro 2024

Oficina do CES

ISSN 2182-7966

URL ces.uc.pt/publicacoes/oficina-do-cesE-mail oficina@ces.uc.pt**Propriedade e Edição**

Centro de Estudos Sociais

Colégio de S. Jerónimo

Apartado 3087

3000-995 Coimbra, Portugal

Coordenação da publicação

Paula Sequeiros, Teresa Cunha

Coordenação editorial Ana Sofia Veloso**Assistente editorial** Alina Timóteo© Centro de Estudos Sociais,
Universidade de Coimbra, 2024Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1290

UNIVERSIDADE DE
COIMBRAOrganização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a CulturaUniversidade de
Coimbra – Alta e Santa
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013

Cofinanciado:



PROGRAMA OPERACIONAL COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento RegionalFundação
para a Ciência
e a Tecnologia

Raça, diversidade e diferença: apontamentos para o estudo interdisciplinar da história pública e escolar*

Marta Araújo

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0002-2449-0011>

m.araujo@ces.uc.pt

Resumo

Considerando a crescente visibilidade da diversidade nas sociedades contemporâneas, assim como a reemergência da relevância da noção de raça nos debates públicos em contextos pós-coloniais europeus, este texto aborda debates críticos no âmbito da educação histórica. Em particular, avança uma abordagem conceptual que se ancora na dialéctica entre história e memória e na relação entre a história pública e escolar, delineando algumas possibilidades para o estudo da memorialização e do ensino sobre diversidade e diferença. É proposta uma agenda de investigação interdisciplinar em três eixos: uma análise dos debates e orientações internacionais sobre o papel da educação histórica na promoção da diversidade; a pesquisa empírica comparada de iniciativas e propostas de história pública relativas à diversidade histórica e à construção da diferença; o estudo da relevância e dos enquadramentos da educação histórica no combate à intolerância e à discriminação racial.

Palavras-chave

história pública, ensino de história, raça e racismo, diversidade e diferença, currículos e manuais escolares.

* Gostaria de agradecer ao Victor Barros pela leitura de uma versão inicial deste texto. A presente publicação resulta de trabalho de investigação desenvolvido com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao abrigo do Financiamento Plurianual de Unidade I&D (UIDP/50012/2020).

Este artigo não segue as regras do Acordo Ortográfico de 1990.

Introdução

Os crescentes debates públicos sobre diversidade e diferença que têm tido lugar na Europa contemporânea têm produzido mudanças e desafios ao campo da educação histórica sobre os quais importa reflectir. Por um lado, as tradicionais narrativas históricas assentes no pressuposto da homogeneidade racial (Goldberg, 2006) têm sido desafiadas pelos discursos públicos (sempre contestados) sobre multiculturalismo, interculturalidade e inclusão (Fortier, 2008; ver também Araújo, 2013), estimulando agendas científicas em torno da diversidade histórica das nações da Europa ocidental. Mais acentuadamente desde o início do século XXI, tal tem sido materializado em iniciativas públicas que resgatam as histórias dos “Outros” europeus (ver Hall, 1992) – particularmente daqueles cujas identidades se relacionam com categorias analíticas consideradas relevantes para entender a Europa contemporânea (por exemplo, Árabe/Muçulmano, Judeu/Hebraico, Negro/Africano, Cigano/Roma). Não obstante, a produção académica sobre esta questão revela algumas limitações. Por um lado, esta tendência na história pública tem sido frequentemente analisada de forma isolada e não sistemática – o que pode ser atribuído, em larga medida, à excessiva compartimentação do conhecimento nas Ciências Sociais (Wallerstein, 1997). Assim, o estudo académico dirigiu frequentemente a nossa atenção para processos de memorialização relativos a populações específicas (por exemplo, Judeus Sefarditas ou, mais recentemente, Afro-descendentes) ou para a análise do seu desenvolvimento e consolidação em espaços particulares (por exemplo, museus, monumentos ou património material).

Por outro lado, sobretudo na última década, a investigação sobre história e memória tem interrogado cada vez mais o que foi convencionado como o Passado colonial, assim como a sua relação com a contemporaneidade do racial na Europa (por exemplo, Hall et al., 2014; Lähdesmäki et al., 2019; Lotem, 2021) – o que é particularmente relevante dado a sua tradicional ausência das historiografias nacionais da Europa (Vergès, 2006). Ainda assim, as intersecções dos processos de memorialização desta história, quando se considera conjuntamente a história pública e escolar, não têm sido examinadas. Com os protestos globais contra o racismo em 2020, na sequência da mobilização do movimento Black Lives Matter contra a violência policial racista nos EUA, estátuas que evocavam um certo Passado colonial foram sendo derrubadas ou reinscritas com novos significados, promovendo importantes discussões públicas. Ainda assim, o debate sobre o conhecimento escolar veiculado em contextos pós-coloniais europeus – nos quais a categoria de raça havia ressurgido como saliente – foi pouco examinado, ainda que comparações relevantes pudessem ser estabelecidas entre as narrativas veiculadas em iniciativas públicas e nos recursos pedagógicos. Por exemplo, as narrativas oficiais em torno do Padre António Vieira na altura da inauguração da estátua que o homenageia no Largo da Trindade, em 2017, promovida pelo então Presidente da Câmara de Lisboa, Fernando Medina, foram objecto de contestação pública e de reflexão crítica no contexto académico (ver Cardim, 2021) numa altura em que se havia alargado o debate público sobre o racismo em Portugal e se discutia a sua memorialização (Araújo e Nimako, 2022). Porém, simultaneamente, as narrativas sobre a figura de António Vieira e o carácter benevolente do colonialismo português veiculadas nos manuais escolares de história –

discursos sancionados pelo Estado – permaneceram invisibilizadas no debate público, inclusive nos media. Isto é ilustrativo da necessidade de considerar a intersecção dos discursos no estudo da história pública e escolar – assim como as diversas constelações de significado que evocam e nas quais se enraízam – e que tem permanecido obscurecida.

Considerando o actual despertar de uma consciência sobre o Passado – que não é tanto um retorno ao que é veiculado como o Passado, mas sim ao Presente no qual circulam as narrativas sobre o Passado (Sharpe, 2016; Trouillot, 1995) –, este texto propõe alguns caminhos para uma investigação de natureza interdisciplinar que possa trazer um entendimento mais aprofundado sobre os imaginários de diversidade e diferença que estão a ser promovidos e negociados na Europa contemporânea, bem como os silêncios que continuam a perpetuar. Mais particularmente, pretende contribuir para o debate académico e político sobre a educação histórica, delineando uma agenda de investigação que capte mais adequadamente o contexto actual no qual circulam tais narrativas, significados e práticas interpretativas na história pública e escolar. Este texto aborda estas questões críticas concentrando-se no contexto das actuais transformações sociopolíticas internacionais, de preocupação institucional com a diversidade e a diferença e de mudança de quadros conceptuais sobre raça e racismo no debate público. A *diversidade* é aqui interpretada como um objecto de conhecimento empírico descritivo da composição cultural, étnico-racial e religiosa das sociedades contemporâneas (Bhabha, 2003); *raça* é entendida como uma categoria sociopolítica historicamente instável que se baseia em marcadores específicos de diversidade (por exemplo, fenotípicos, culturais, religiosos) para produzir e determinar a *diferença* (Hall, 1997/2021; Lentin, 2008) – e que emergiu a partir da Primeira Modernidade (Quijano, 2000).

1. História, memória e educação: uma abordagem interdisciplinar

A desconexão entre história e memória, que ocupou alguma centralidade na discussão académica dos finais do século XX, continua a ser hoje uma questão fulcral nos debates em torno da história (pós-)colonial. No seu trabalho sobre os “lugares de memória”, Pierre Nora (1989, 7) argumentou que as chamadas “minorias étnicas” na Europa possuíam “reservas de memória, mas pouco ou nenhum capital histórico”.¹ A marginalidade que a historiografia da Revolução do Haiti ocupou até há pouco tempo nos cânones ocidentais é paradigmática de como certas populações (racializadas) foram construídas como irrelevantes ou negligíveis na produção do conhecimento histórico (ver Trouillot, 1995). Esta descoincidência e desarticulação entre história e memória, abordada nas últimas décadas por diversos autores, é particularmente relevante para entender os legados simbólicos e materiais da história de raça e dos projectos coloniais europeus. É hoje aceite que a produção de conhecimento foi historicamente informada pela noção de raça, tendo sustentado importantes silêncios epistemológicos que a memória colectiva não

¹ Todas as traduções apresentadas são da responsabilidade da autora.

obliterou (Trouillot, 1995). Françoise Vergès (2006), por exemplo, abordou a divisão epistemológica entre história e memória como denotando uma percepção da história como uma disciplina produtora de *objectividade* e do campo dos estudos da memória como cativo da *subjectividade*, apelando antes a uma abordagem dialéctica capaz de examinar como a história colonial provocou um certo bloqueio da consciência nacional em França. Embora a divisão disciplinar entre história e memória tenha sido progressivamente desafiada nas últimas décadas, continua a ser escassa a literatura académica que incorpore esta dialéctica conceptual ou a investigue empiricamente. Apesar disso, é notório como o reconhecimento político, a nível internacional, das memórias tradicionalmente invisibilizadas tem levado a uma chamada para reequacionar as narrativas históricas do Presente: as principais organizações internacionais (por exemplo, as Nações Unidas) têm tido um papel particularmente relevante em chamar a atenção para o “Outro” lado das histórias europeias do colonialismo (Nimako, 2013); é igualmente de salientar a influência da mobilização social em processos de lembrança colectiva (Grégoire, 2010; Wertsch, 2002), tornando-se particularmente evidente após os protestos contra o racismo que ocorreram na sequência da morte de George Floyd em Minneapolis em Maio de 2020 e que tiveram relevante expressividade global, inclusivamente no contexto europeu. Assim, equacionar simultaneamente os debates sobre história e memória permite situar os processos de memorialização pública no panorama sociopolítico mais amplo e nos debates epistemológicos nos quais se produzem as construções discursivas contemporâneas da diversidade e da diferença. Uma abordagem dialéctica, como a proposta por Vergès, poderá igualmente auxiliar a revelar a constituição mútua do Passado e dos sujeitos colectivos, cuja identidade não é pré-adquirida, sendo antes criada dialogicamente através de processos de memorialização (Trouillot, 1995). A actual relevância da categoria “Afrodescendentes” – no quadro do Ano das Nações Unidas de 2011 e da “Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) – Reconhecimento, Justiça, Desenvolvimento” – é reveladora desta constante (re)criação de categorias e da sua relação com processos de memorialização. Neste sentido, abordar a história pública como um “discurso de identidade relacionado com o passado” (Demantowsky, 2018, p. 12) coloca a ênfase no papel das iniciativas públicas na (re)construção de posições e identidades do sujeito.

Em segundo lugar, proponho que o estudo das mudanças contemporâneas na educação histórica em torno da diversidade e da diferença requer uma abordagem conceptual que considere conjuntamente a dialéctica da lembrança (Connerton, 1989) e do esquecimento (Ricoeur, 1996). Investigar simultaneamente as tendências recentes na memorialização da diversidade e da construção histórica da diferença assim como as invisibilidades mais persistentes é uma estratégia conceptual particularmente adequada para interrogar o Presente. Por um lado, este quadro analítico poderá ajudar a superar compreensões positivistas da educação histórica que desconsideram como a maior visibilidade da diversidade histórica através de iniciativas para a sua memorialização não representa necessariamente uma posição progressista (ver Brighenti, 2007). Para tal, a investigação sobre a história pública e escolar deve antes abordar um paradoxo fundamental na cultura pública, designadamente as diversas formas como as sociedades “invocam, revogam e

geralmente evitam provocar um acerto de contas² sério com o seu passado” (Michael Frisch tal como citado em Benson et al., 1986, 5). Nesse sentido, questões sobre a natureza do conhecimento e da consciência históricas (Seixas, 2004) – relacionadas com a selectividade do conhecimento, a produção e a naturalização da irrelevância epistemológica – devem ser consideradas e examinadas como centrais nos processos de memorialização. Por outro lado, um aspecto pouco reflectido em descrições excessivamente empiristas de iniciativas públicas é que a visibilização da diversidade numa dada sociedade não é geralmente estendida a todos os “Outros históricos” simultaneamente, reflectindo antes disputas políticas e interesses estratégicos específicos. Nesse sentido, a abordagem da “memória multidireccional” que opera “através das sobreposições parciais e reivindicações conflituantes que constituem os arquivos da memória e o terreno da política” (Rothberg, 2009, p. 29) pode ajudar a compreender as inter-relações entre diferentes processos históricos e populações racializadas no que Sharon MacDonald (2013) designou como o multifacetado “complexo de memória europeia” e as suas diversas apresentações e interpretações do Passado. Ao ponderar a natureza dinâmica da lembrança através do tempo e do espaço e evidenciar as convergências e divergências manifestas em memórias diversas (Rothberg, 2009, 112), esta abordagem auxilia a análise quer dos diferentes processos de racialização na história da Europa (por exemplo, de Negros ou Judeus), como das memórias colectivas persistentemente sob apagamento (por exemplo, os Ciganos/Roma). Tal é particularmente adequado para examinar as políticas e práticas institucionais contemporâneas relativas à diversidade, um interesse de investigação pouco explorado sistematicamente na educação histórica na Europa, oferecendo uma análise original e oportuna dos significados e usos do Passado no contexto actual de marcadas transformações (inter)nacionais.

Finalmente, proponho ser crucial superar a tradicional desconexão científica e institucional entre a história pública e a história escolar (Demantowsky, 2018). A investigação que relaciona o estudo da história pública e do ensino formal de história pode promover compreensões mais complexas das abordagens, representações e estratégias discursivas para educar sobre a história da diversidade e da construção da diferença. Por um lado, a investigação sobre o ensino de história tem abordado com maior frequência as questões de “diversidade” e “inclusão” (de estudantes e conteúdos) devido a escolas e salas de aula cada vez mais multiculturais. No entanto, pouca investigação relaciona conceptualmente o ensino da história com tendências institucionais mais amplas (ver, por exemplo, Carretero et al., 2017; Williams & Bokhorst-Heng, 2016). Por outro, embora exija validação através da educação formal, a história pública é mais responsiva socialmente (Cauvin, 2018). Emergindo, em muitos contextos, de movimentos progressistas por uma “história a partir de baixo”³ (Benson et al., 1986), a história pública é um campo particularmente útil de análise dos discursos e práticas em mudança sobre a categoria de raça e processos relacionados com a construção da diferença – sendo a educação formal, sancionada pelo Estado, mais frequentemente escrutinada e sujeita a tempos de

2 No original em inglês, *reckoning*.

3 No original em inglês, *history from below*.

mudança mais lentos. Nesse sentido, uma contribuição fulcral para este campo em transformação é a investigação que considere conjuntamente a memorialização da diversidade e da diferença na história pública e escolar, com o objectivo de identificar sobreposições, entrecruzamentos e divergências evidenciadas por uma fertilização interdisciplinar (Demantowsky, 2018).

2. Debates sobre educação histórica na Europa pós-colonial

O campo da educação histórica na Europa tem atravessado mudanças significativas nas últimas décadas. Em particular, o discurso institucional e as iniciativas oficiais sobre a diversidade nas sociedades contemporâneas têm sido cada vez mais reconhecidos, ainda que sempre contestados, levando a um questionamento dos pressupostos dos debates neste campo. Não obstante, em muitos contextos europeus, a relevância das iniciativas públicas e dos discursos políticos sobre a diversidade para a investigação académica não tem sido suficientemente equacionada. Aliás, frequentemente o debate sobre diversidade continua a dar por garantidos os processos de construção da diferença – em vez de os analisar, explicar ou interrogar.

Atentemos, em primeiro lugar, aos debates em torno do ensino escolar sobre nação, raça e diferença. A escola moderna tem sido crucial para a construção dos Estados-nação, promovendo a (re)produção da homogeneidade nacional e a eliminação da subjectividade do corpo estudantil (Popkewitz, 2000). Na contemporaneidade, os estados nacionais continuam a ter a vantagem de garantir que as e os cidadãos adquirem a história oficial através dos sistemas educativos (Wertsch, 2002): os currículos (frequentemente nacionais) tendem a ser sancionados pelo Estado, e os manuais escolares tendem a seguir de perto as directrizes curriculares para serem certificados (Apple, 1992; Araújo & Maeso, 2016). Recursos pedagógicos cruciais nas salas de aula em todo o mundo (Fuchs & Bock, 2018), os manuais escolares oferecem pistas importantes para examinar o cânone oficial e os seus postulados (Apple & Christian-Smith, 1991), assim como a organização do conhecimento consensualizado para ser ensinado às gerações futuras (Foster, 2006). Precisamente por isso, as abordagens e representações da diversidade cultural, étnico-racial, linguística e religiosa que os manuais veiculam têm sido objecto de disputas relevantes (McCarthy, 1993; Tyack, 1999). Tradicionalmente, a preocupação com o ensino da diversidade histórica no contexto europeu centrou-se em contextos pós-totalitários (como a antiga Jugoslávia ou a União Soviética) ou relativos a conflitos históricos entre países vizinhos (por exemplo, a Grécia e a Turquia) (ver Araújo & Maeso, 2016), e menos em contextos marcados por longos processos que resultaram na produção de diferenças intranacionais da Europa Ocidental (por exemplo, a chamada “Reconquista Cristã”, o Imperialismo, o Colonialismo, a Inquisição). Foi sobretudo a partir da última década que a investigação sobre manuais de história na Europa continental começou progressivamente a abordar como estes recursos pedagógicos contribuem para a perpetuação da diferença racial (ver, por exemplo, Araújo & Maeso, 2016; Marmer & Sow, 2013; Weiner, 2014). Mas esta transformação, e os factores que a promoveram

(entre outros, os avanços na historiografia nesta matéria, mudanças nos discursos políticos e iniciativas públicas, assim como nas narrativas e práticas pedagógicas), não têm sido devidamente enquadrados e contextualizados. Nesse sentido, é necessário mapear como a diferença e a desigualdade racial têm sido ensinadas na escola relativamente a longos processos históricos e a populações com histórias marcadas significativamente pela coexistência e pelo conflito, pela tolerância e pela opressão, e por diversos processos de categorização racial.

Em segundo lugar, torna-se igualmente necessário questionar como a categoria raça tem entrado nos debates sobre a história pública e o chamado “Passado difícil”. A história pública, aqui entendida como o conjunto de actividades para públicos amplos desenvolvidas por profissionais fora da academia (Jordanova, 2006), é um campo marcado pela inovação, capturando de perto as tendências sociais mais recentes (Cauvin, 2018) – sendo assim particularmente adequado para o estudo das mudanças de abordagens, perspectivas e representações às questões da diversidade e da diferença. As questões de poder que moldam aquilo que é lembrado e o que é esquecido têm surgido cada vez mais na literatura sobre história pública, sinalizando uma mudança do foco na representação cultural para os aspectos sociopolíticos que lhe são subjacentes (Confino & Fritzsche, 2002). Não obstante, as questões epistemológicas relacionadas com a forma como a diversidade é produzida enquanto *diferença* (Hall, 1992) têm sido frequentemente negligenciadas e desconectadas da investigação sobre o “Passado difícil” – que tradicionalmente excluiu processos históricos como a escravização (Rose, 2016). Na Europa, até recentemente, a discussão académica e as iniciativas oficiais neste âmbito tendiam a centrar-se na educação sobre o Holocausto e negligenciavam a escravização (ver Hondius, 2010). Embora tal seja cada vez mais desafiado nas agendas políticas e de investigação, dado que os legados coloniais continuam a reverberar nas sociedades contemporâneas, pouca investigação aborda a história colonial como um Passado “difícil”, “sensível” ou “controverso”, possivelmente devido à percepção de que é um processo ultrapassado – minimizando assim o seu legado em termos de racismo contemporâneo (Rose, 2016), ainda que sempre sujeito a novas configurações (Trouillot, 1995). Os desafios à concretização de iniciativas públicas em torno da memória da escravização são ilustrativos da dificuldade que este processo histórico continua a evocar no Presente. Por exemplo, em Portugal, a Djass – Associação de Afrodescendentes apresentou uma proposta para a criação de um monumento às vítimas da escravização portuguesa no concurso da edição de 2017/2018 do Orçamento Participativo da Câmara Municipal de Lisboa, proposta que saiu vencedora (ver Raggi et al., 2022). Não obstante, este monumento está ainda hoje por materializar.⁴ Não se trata aqui de elencar um caso isolado; noutros contextos europeus, por exemplo nos Países Baixos, ocorreram processos semelhantemente marcados por entraves e obstáculos institucionais às propostas dos movimentos de base para questionar o lugar da escravatura institucionalizada nas sociedades europeias, com reverberações nos *fora* de decisão política e na produção de conhecimento (Nimako & Small, 2012).

4 Ver Salema (2023) e SIC Notícias (2023).

A análise das tendências emergentes, nomeadamente de crescente reconhecimento da relevância da história (pós-)colonial da Europa, pode ajudar a interrogar a institucionalização da noção de “Passado difícil” e a examinar processos relacionados com a produção de relevância histórica. Dado o seu estatuto de “história popular” e, simultaneamente, de “ferramenta do *establishment*” (Jordanova, 2006, p. 126) na medida em que reflecte as “preocupações e interesses do Estado” (Jordanova, 2006, p. 134), o estudo académico da natureza tanto cristalizadora como dinâmica da história pública é especialmente útil para capturar a política da lembrança contemporânea, as narrativas contestadas em torno de raça/racismo e as práticas institucionais actualmente em transformação. Este texto propõe que o foco na diversidade histórica e na construção da diferença – bem como as tensões que permeiam as distintas abordagens académicas utilizadas para enquadrá-las conceptualmente e estudá-las empiricamente – constitui um ângulo particularmente produtivo para situar as narrativas nacionais nos seus contextos sociopolíticos e epistemológicos, bem como para investigar sobre a produção e disseminação do conhecimento histórico contemporâneo, assim como os silêncios e ausências persistentes.

3. O estudo da diversidade e da diferença na história pública e escolar

Para apoiar o desenvolvimento de uma agenda académica em torno do estudo da diversidade e da construção da diferença que possa contribuir para avançar o estado da arte e informar futuras pesquisas empíricas sobre a história pública e escolar, identifico neste texto alguns eixos temáticos possíveis.

3.1. Educação histórica na “era da diversidade”

Em primeiro lugar, proponho que se proceda a uma análise das transformações que têm sido observadas no âmbito da educação histórica no contexto da chamada “Era da Diversidade”. Segundo Steven Vertovec (2012, p. 287), a noção de diversidade tornou-se corrente no discurso político e institucional – evidente em “abundantes políticas, programas, campanhas e estratégias em agências estatais, universidades, ONG e empresas privadas em todas as sociedades ocidentais”. Para o autor, o conceito de *diversidade* denota:

[...] um amplo *corpus* de discursos normativos, estruturas institucionais, políticas e práticas que citam especificamente algum conceito de diversidade [...] [e que] surgiram e foram desenvolvidos por uma confluência de factores; incluem definições de temas diversos que são ambíguas e estão em constante mudança; são direccionados para facetas, objectivos ou orientações bastante distintas; têm sido institucionalmente convencioneados até ao ponto da banalidade, da previsibilidade e do *cliché*; estão relacionados com, mas não são necessariamente impulsionados por, modos de diversificação social; e, apesar da imprecisão, têm impactos sociais cumulativos que estão a transformar o imaginário social. (p. 288)

Nos debates académicos nas Ciências Sociais, a diversidade e os seus corolários (por exemplo, multiculturalismo, integração, inclusão) têm sido amplamente debatidos (ver, por exemplo, os trabalhos de Alana Lentin, Adrian Favell, Tariq Modood, Willem Schinkel). Nas últimas duas décadas, organizações internacionais como a UNESCO e o Conselho da Europa têm igualmente endossado a diversidade cultural como um valor a promover. Porém, o seu significado tem permanecido indefinido na implementação de iniciativas públicas (Lähdesmäki et al., 2019). Estas noções, tão ambíguas como contestadas, carecem especialmente de análise no âmbito da educação histórica (ver, por exemplo, Carretero et al., 2017; Soysal & Schissler, 2005). Embora o discurso sobre a diversidade tenha sido amplamente difundido em contextos institucionais – não obstante a reactividade que tem gerado, particularmente evidente nas suas expressões populistas – o seu significado, operacionalização e impacto na educação histórica em contextos europeus permanecem vagos. Em primeiro lugar, torna-se necessário que a investigação académica examine sistematicamente os entendimentos e usos da noção de diversidade no âmbito da educação histórica a nível dos discursos políticos e institucionais. É particularmente relevante a investigação que aborde conjuntamente as noções de “diversidade”, “inclusão” e um “Passado compartilhado” em diferentes níveis de competência política (ver Fuentes, 2016) e que examine o impacto do discurso oficial em torno da diversidade na transformação das narrativas institucionais, incluindo no que diz respeito ao ensino de história. Esta tendência raramente é analisada na principal produção académica sobre cultura e educação histórica (ver, por exemplo, Carretero et al., 2017). Como é que a noção da Europa como lugar da homogeneidade racial deu lugar à noção de um conjunto de sociedades atravessadas pela diversidade, e qual o papel atribuído à educação histórica em auxiliar a reconfiguração de imaginários de pertença nacional? Uma análise multinível do discurso político e institucional permitirá produzir um entendimento mais aprofundado sobre como a proliferação de debates internacionais sobre diversidade estão a ser apropriados a nível nacional e local – e as resistências que evocam –, assim como identificar e contextualizar pontos de confluência e discordância.

Em segundo lugar, importa estudar os efeitos da implementação de recomendações e iniciativas políticas nas práticas institucionais de educação histórica. Como é que as narrativas sobre a diversidade histórica estão a transformar as iniciativas de história pública e o ensino de história? Em particular, é necessário investigar como as orientações políticas neste âmbito das principais organizações globais, europeias e nacionais que operam no domínio da diversidade cultural, do património e da educação histórica se têm materializado e institucionalizado. Neste âmbito, desdobram-se diferentes possibilidades, por exemplo: o estudo das iniciativas emergentes nas últimas décadas considerando a proveniência e distribuição de investimentos materiais e simbólicos; o mapeamento dos “Outros históricos” (in)visibilizados nessas iniciativas e a análise de como o processo de produção da diferença é interpretado, abordado e explicado; a investigação sobre como estas iniciativas são enquadradas em tendências institucionais, políticas e socioculturais mais amplas. No âmbito do ensino de história, será relevante identificar as tendências actuais de negociação do conhecimento escolar e os principais aspectos que conduzam a uma transformação da prática docente sobre esta matéria, designadamente: o

panorama alargado de debates e iniciativas em história pública; oportunidades de formação inicial e contínua; colaborações locais entre a escola, a universidade e a sociedade civil. Por fim, interessa compreender o papel do discurso institucional em torno da diversidade não só na produção de mudanças a nível das narrativas e iniciativas públicas, mas da própria infra-estrutura de história pública (ver Benson et al., 1986) – estudando, nomeadamente, os contextos sociopolíticos, culturais e económicos nos quais as iniciativas de educação histórica se têm desenvolvido, incluindo: a relação entre iniciativas de história pública com o turismo e o desenvolvimento local; o estudo de campanhas políticas e lutas pela memória colectiva; a incorporação de preocupações com a diversidade dos próprios corpos profissionais e as trajectórias previstas para a sua formação neste âmbito.

Este trabalho de investigação identificará as tendências e desenvolvimentos mais relevantes no primeiro quartel do século XXI, examinando simultaneamente sobreposições e divergências entre diferentes níveis de competência política e diversos modos de disseminação do conhecimento histórico.

3.2. A diferença histórica numa abordagem “multidireccional”

Proponho igualmente uma análise mais aprofundada daquilo que poderemos designar como a educação histórica sobre a diferença. No contexto ibérico, certos períodos e processos históricos de longa duração, entre os séculos XV e XX, são particularmente adequados para a análise das construções sociopolíticas contemporâneas dos imaginários de pertença nacional. No contexto português, o estudo das narrativas em torno do projecto colonial e do processo de escravização de Negros Africanos (Fonseca, 2016), da perseguição histórica às populações muçulmana e judaica (Barros, 2019) e da punição legal secular dos Portugueses Ciganos (Bastos, 2012) serão particularmente úteis para compreender as transfigurações do discurso institucional em torno do pressuposto de homogeneidade racial e da história da construção da diferença intranacional.

Nas últimas duas décadas, tem surgido um número significativo de iniciativas públicas relacionadas com a história da produção de diferença em toda a Europa. Em Portugal, um contexto fortemente marcado pelo discurso institucional sobre a diversidade (ver Araújo, 2018), no início do século XXI assistimos ao desenvolvimento de iniciativas públicas relevantes em torno da memorização da diversidade histórica, nos quais locais patrimoniais e tradições culturais foram sendo (re)investidos de novas significações: i) O Festival Al Mossassa, conhecido popularmente como a Festa da Fundação, foi criado em 2005 na vila de Marvão, sendo uma iniciativa regional transfronteiriça que marca a coexistência de Muçulmanos, Judeus e Cristãos na Península Ibérica do século IX, comemorando a herança árabe através de actividades culturais, musicais e artísticas, assim como intervenções políticas e institucionais (ver de Man, 2022); ii) As Rotas de Sefarad – Rota das Judiarias, estabelecidas em 2011, abrangem locais relevantes do

património judaico do Centro de Portugal (nas localidades de Belmonte, Trancoso, Guarda, Coimbra, Tomar). Esta iniciativa, liderada por descendentes de Judeus Sefarditas, inscreve-se no âmbito da dinâmica do turismo internacional e do desenvolvimento local (ver Fernandes, 2016); iii) O Mercado de Escravos – Núcleo Museológico Rota da Escravatura, inaugurado em 2016, foi construído no local do mercado original do século XV em Lagos, e é o primeiro projecto museológico sobre a escravização em Portugal, fruto de uma parceria entre o município e o projecto Rota do Escravo da UNESCO (ver Santos, 2020). Actualmente situa-se em rotas turísticas em torno da memorialização da história colonial e da escravização (Black History Tours), a par de outras iniciativas dedicadas à história secular africana em Portugal (por exemplo, African Lisbon Tour). Estes exemplos de iniciativas relativamente recentes que visam memorializar a história daqueles que foram politicamente excluídos do corpo social e nacional (ver Balibar & Wallerstein, 1991) representam formas distintas de conceptualizar e memorializar diversidade e diferença (por exemplo, enfatizando mais aspectos culturais ou políticos, de cariz mais celebrativo ou reflexivo, com maior ou menor participação das comunidades a quem diz respeito essa história). No seu conjunto, apontam para os benefícios de uma agenda de investigação que equacione como a diferença produzida historicamente é entendida no âmbito de distintas iniciativas públicas.

A abordagem da “memória multidireccional”, através do constante contraste e justaposição de casos (Rothberg, 2009), aporta a vantagem de se considerar, simultaneamente, diversas populações construídas como “Outros históricos” em processos de memorialização contemporâneos. Em vez de se concentrar em populações únicas, esta abordagem permite considerar as inter-relações entre narrativas emergentes sobre diversos “Outros históricos” para evidenciar as camadas complexas da memória, auxiliando o estudo donexo visibilidade-invisibilidade. Em que contexto se tornou visível a preocupação com a memorialização de certas populações na história nacional? AbdoolKarim Vakil (2004, p. 310), por exemplo, observou a constituição, na historiografia após o 25 de Abril, de um “período islâmico na história portuguesa” e os seus complexos desenvolvimentos na recuperação do legado islâmico e do Gharb al-Andalus. Qual a relação que pode ser estabelecida com os desenvolvimentos na produção historiográfica e na emergência de iniciativas públicas de memorialização do Passado de outras populações nacionais, por exemplo, relativamente à persistentemente ausente história dos Portugueses Ciganos? Tal abordagem poderá beneficiar a complexidade analítica no estudo de processos de memorialização (Lähdesmäki et al., 2019).

O estudo das narrativas e iniciativas públicas em torno da história da produção da diferença carece não só de uma análise sistemática e aprofundada, como de ser entendido conjuntamente nas suas intersecções com outras iniciativas correlatas. Nesse sentido, além do estudo comparado dos processos de memorialização relativos a diversas populações constituídas como *diferentes*, uma outra agenda de investigação pode ser desenhada: a da análise comparada dos enquadramentos e dispositivos discursivos usados para narrar processos históricos de produção da diferença em relação à mesma população em diferentes iniciativas de história pública. Por exemplo, que narrativas em torno de nação, raça e diferença emergem em distintos projecto museológicos, lugares

patrimoniais e rotas turísticas sobre a chamada “presença africana” em Portugal? A agenda de investigação beneficiará igualmente de um foco que não se centre exclusivamente nos aspectos simbólicos. Seguindo o trabalho de Nora (1989) sobre os lugares de memória, três dimensões serão essenciais para tal análise: i) *material*: o estudo dos contextos sociopolíticos, culturais e económicos nos quais as iniciativas de História Pública são criadas e desenvolvidas, assim como do papel desempenhado por diferentes actores; ii) *simbólica*: a análise dos dispositivos discursivos e categorias conceptuais para abordar raça e diferença e das narrativas subjacentes sobre história e identidade nacionais; iii) *funcional*: o estudo do enquadramento das iniciativas emergentes no âmbito de tendências políticas globais e regionais mais amplas, assim como no âmbito das políticas de lembrança e esquecimento a nível local e nacional.

3.3. Raça e discriminação racial na história pública e escolar

Por fim, é fundamental produzir análises críticas e sistemáticas das transformações que têm ocorrido no contexto europeu relativamente à disseminação de conhecimento histórico especificamente sobre raça e racismo. As iniciativas promovidas por organizações internacionais para combater a intolerância e a discriminação racial (Araújo & Maeso, 2016) são particularmente relevantes para os debates sobre a educação histórica relativos à diversidade e à diferença. Por exemplo, no que concerne à questão racial, foi sobretudo após a mobilização global contra o racismo em 2020 que organizações políticas e instituições públicas (inter)nacionais foram confrontadas com a necessidade de abordar de forma mais explícita os legados dos processos coloniais – que continuam a desafiar as sociedades e as salas de aula contemporâneas (Fuchs & Otto, 2013). Na resolução do Parlamento Europeu de 19 de Junho de 2020, sobre os protestos anti-racismo após a morte de George Floyd, pode ler-se:

[...] em alguns Estados-Membros da UE, os protestos impulsionaram o movimento contra o racismo de que são alvo as pessoas negras e as pessoas de cor, o que também levou a lembrar o passado colonial da Europa e o seu papel no comércio transatlântico de escravos; [...] estas injustiças e crimes contra a humanidade devem ser reconhecidos a nível nacional e da UE e ser abordados a nível institucional e no quadro educativo. (Parlamento Europeu, 2020)

Anteriormente, era já discernível algum investimento político no sentido de reconhecer formas persistentes de desigualdade étnico-racial, expresso na atenção dedicada a populações específicas por iniciativa de organizações internacionais, como a Década Internacional das Nações Unidas para os Afrodescendentes (2015-2024) e a iniciativa pan-europeia “Década para a Inclusão dos Ciganos” (2005-2015) que associaram a preocupação com a intolerância e a discriminação racial ao âmbito do ensino de história. Esta tendência foi igualmente reforçada pelo relatório patrocinado pelo Conselho da Europa “The Representation of Roma in European Curricula and Textbooks” (Spielhaus et al., 2020). Mas foi na sequência do Plano de Acção da UE contra o Racismo 2020-2025, lançado como resposta às manifestações globais contra o racismo

institucionalizado e em solidariedade com o movimento Black Lives Matter em 2020, que se colocou em evidência a dificuldade que existia na Europa de debater a história colonial e os seus legados e se sinalizou politicamente essa necessidade. Tais preocupações haviam sido mais frequentemente expressas no âmbito da história pública do que escolar, possivelmente devido às suas distintas naturezas e finalidades (Cauvin, 2018). Um crescente número de iniciativas públicas que colocaram a tónica na historicidade da noção de raça e na persistência do racismo teve lugar na Europa nos últimos 10 ou 20 anos (ver Araújo & Nimako, 2022). Tais iniciativas projectam narrativas diversas em torno da história de raça e do racismo e das suas expressões contemporâneas, e manifestam-se de forma muito diversa em diferentes contextos, carecendo de uma análise contextualizada e comparativa. Mas, significativamente, as mudanças no panorama da história pública sobre a genealogia da discriminação racial na Europa não parecem ter encontrado expressão equivalente na educação formal, pelo que é particularmente premente o estudo sistemático destas tendências contemporâneas emergentes. A focalização no estudo da história escolar poderá auxiliar a análise do impacto das tendências mais amplas de narrar raça e racismo, abordando as mudanças recentes nas directrizes políticas, currículos e recursos pedagógicos, assim como nas práticas mediadoras dos professores. Os manuais certificados pelo Estado continuam a ser recursos cruciais na sala de aula (Fuchs & Bock, 2018), apesar das transformações significativas devido ao impacto da era digital, particularmente durante a pandemia da COVID-19. Juntamente com os currículos, proporcionam objectos privilegiados para o estudo do conhecimento oficial, reflectindo narrativas nacionais e representações culturais dominantes (Apple, 1992). O estudo das práticas mediadoras dos professores auxiliará um entendimento das formas como os docentes negociam, apropriando e/ou contestando o conhecimento oficial veiculado por currículos e manuais.

Neste âmbito, importa investigar três questões fundamentais. Em primeiro lugar, mapear as principais directrizes internacionais neste âmbito, averiguando o contexto sociopolítico no qual se veio a desenvolver e consolidar este interesse recente e examinando o papel atribuído à educação histórica no combate à intolerância e à discriminação racial. Em segundo lugar, estudar comparativamente as narrativas e iniciativas de educação histórica direccionadas a públicos amplos e escolares (i.e., fora e dentro da escola) será particularmente útil para identificar como a relação entre nação, raça e cidadania está a ser entendida e veiculada nos debates sociopolíticos e pedagógicos contemporâneos. A forma como se operacionalizam, nas directrizes curriculares, nos manuais escolares e nas práticas pedagógicas, as orientações políticas a este respeito serão relevantes para identificar importantes pontos de tensão. Em terceiro lugar, importa analisar como é que estas tendências globais e orientações políticas têm sido apropriadas a nível do debate científico e formação académica, nas iniciativas institucionais dirigidas a professores e nas práticas docentes no ensino da história. Será particularmente oportuno colocar em diálogo o discurso e trabalho das instituições e organizações (inter)nacionais dedicadas ao ensino de história com o dos seus actores privilegiados – particularmente historiadores académicos, professores de história, associações de professores e sindicatos. Neste trabalho de investigação, será particularmente relevante o estudo das inter-relações entre

tendências políticas (inter)nacionais, contextos e estruturas institucionais, processos de mediação e validação de conhecimento.

Conclusões

Este artigo procurou delinear uma abordagem interdisciplinar à educação histórica, ancorando-se conceptualmente nos contributos e debates que consideram as intersecções entre três eixos analíticos: i) história, memória e educação; ii) raça, diferença e pertença nacional; iii) história pública e escolar. Esta abordagem é proposta como fundamental para avançar o estudo sistemático e articulado da forma como iniciativas e narrativas públicas contemporâneas têm mobilizado as noções de diversidade e diferença relativamente a populações que historicamente atravessaram diferentes processos de exclusão e racialização na Europa. Tal é particularmente relevante actualmente dada a centralidade que assumiram nas últimas décadas os debates em torno da diversidade na educação, assim como com a recente reemergência da importância da noção de raça nos contextos europeus pós-coloniais na sequência dos protestos globais contra o racismo. Se, previamente, raça enquanto categoria analítica havia sido produzida como marginal nos debates políticos e académicos sobre a educação histórica em grande parte da Europa continental, no contexto das actuais transformações sociopolíticas a investigação deverá desenredar as formas como a história pública e escolar têm articulado esta noção face aos cânones estabelecidos do conhecimento oficial, sem obliterar a forma ambivalente como o imaginário da diversidade continua a ser empregue, ou frequentemente sobreposto ou confundido com a diferença.

Nesse sentido, desenharam-se algumas propostas. Por um lado, o estudo dos debates públicos recentes sobre o significado de raça e diferença em contextos pós-coloniais poderá oferecer uma lente privilegiada para analisar as mudanças epistemológicas, sociopolíticas e nas práticas institucionais relacionadas com a história pública, avançando um entendimento sobre os processos de transformação em curso. A agenda de investigação poderá centrar-se na forma como a preocupação com a diversidade e a diferença emergiu e permeia uma variedade de iniciativas públicas, discursos políticos e recursos pedagógicos na Europa dos inícios do século XXI. Por outro lado, o trabalho académico que considere conjuntamente a história pública e escolar contribuirá para promover um espaço de debate mais crítico sobre o Passado contestado. As mudanças recentes nas agendas académicas e políticas em torno do racismo exigem uma análise interdisciplinar que possa dar conta das tensões entre o âmbito da história pública e escolar. A natureza mais dinâmica e socialmente responsiva da história pública poderá auxiliar na compreensão das formas como a história das noções de raça e diferença estão a ser (re-)significadas e (re)articuladas contemporaneamente nos sistemas educativos. O conhecimento oficial veiculado pela escola será fulcral para identificar as narrativas dominantes e os seus lugares de disputa política. A investigação de diferentes processos históricos, contrastando as formas como estão a ser interpretados e veiculados na educação formal e em iniciativas de história pública, poderá proporcionar uma compreensão mais rica e aprofundada das dinâmicas específicas de cada domínio,

identificando factores de resistência e de mudança dos imaginários de pertença nacional, controvérsias públicas e (in)visibilidades persistentes, bem como propostas inovadoras na disseminação do conhecimento histórico. Significativamente, tal abordagem contribuirá para os debates mais amplos sobre o papel da educação histórica na promoção de compreensões historicamente fundamentadas do racismo – que continua a perpassar as sociedades contemporâneas.

Referências bibliográficas

Apple, M. W. (1992). The Text and Cultural Politics. *Educational Researcher*, 21(7), 4–19.

Apple, M. W., & Christian-Smith, L. (1991). *The Politics of the Textbook*. Routledge.

Araújo, M. (2013). Challenging Narratives on Diversity and Immigration in Portugal: the (de)politicization of colonialism and racism. In J. A. Capetillo, G. Jacobs, & P. A. Kretsedemas (Eds.) *Migrant Marginality: A Transnational Perspective* (pp. 27–46). Routledge.

Araújo, M. (2018). As narrativas da indústria da interculturalidade (1991-2016): Desafios para a educação e as lutas anti-racistas. *Investigar em Educação – Revista da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, II Série*(7), 9–35.

Araújo, M., & Nimako, K. (2022). Mobilizing History: Racism, Enslavement and Public Debate in Contemporary Europe. In S. A. Tate & E. G. Rodríguez (Eds.), *The Palgrave Handbook of Critical Race and Gender* (pp. 449–466). Palgrave Macmillan.

Araújo, M., & Maeso, S. R. (2016). *Os Contornos do Eurocentrismo – Raça, história e textos políticos*. Almedina.

Balibar, E., & Wallerstein, I. (1991). *Race, Nation, Class: Ambiguous Identities*. Verso.

Barros, F. (2019). Judeus e muçulmanos no espaço urbano: inclusões, exclusões e interações. In A. Andrade, C. Tente, G. Silva, & S. Prata (Eds.), *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval/Inclusion and Exclusion in Urban Medieval Europe* (pp. 87–110). Instituto de Estudos Medievais.

Bastos, J. G. P. (2012). *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Colibri.

Benson, S. P., Brier, S., & Rosenzweig, R. (1986). *Presenting the Past: Essays on History and the Public*. Temple University Press.

Bhabha, H. K. (2003). Cultural Diversity and Cultural Differences. In B. Ashcroft, G. Griffiths, & H. Tiffin (Eds.) *The Post-Colonial Studies Reader* (3rd ed.; pp. 206–209). Routledge.

Brightenti, A. (2007). Visibility: A Category for the Social Sciences. *Current Sociology*, 55(3), 323–342.

- Cardim, P. (2021). O monumento ao jesuíta António Vieira, em Lisboa, e o debate sobre a “conquista” e a colonização portuguesas das terras americanas. *Língua-lugar: Literatura, História, Estudos Culturais*, 3(junho), 66–82.
- Carretero, M., Berger, S., & Grever, M. (2017). *Palgrave Handbook of Research in Historical Culture and Education*. Palgrave Macmillan.
- Cauvin, T. (2018). The Rise of Public History: An International Perspective. *História Crítica*, (68), 3–26.
- Confino, A., & Fritzsche, P. A. (2002). *The Work of Memory: New Directions in the Study of German Society and Culture*. University of Illinois Press.
- Connerton, P. (1989). *How Societies Remember*. Cambridge University Press.
- de Man, A. (2022). Islamic Architecture in the West of Al-Andalus: Balancing Archaeology and Commodification. In S. Hernández (Ed.), *Islamic Heritage - Architecture IV* (pp. 61–72). WIT Press.
- Demantowsky, M. (2018). What is Public History? *Public History and School – International Perspectives*. De Gruyter.
- Fernandes, F. (2016). *O turismo como fator de desenvolvimento na Vila Histórica de Belmonte* [Dissertação de Mestrado, ISCET]. RCAAP. <http://hdl.handle.net/10400.26/24232>
- Fonseca, J. (2014). A historiografia sobre os escravos em Portugal. *Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, (33), 191–218. <https://doi.org/10.4000/cultura.2422>
- Foster, S. (2006). Whose History? Portrayal of Immigrant Groups in U.S. History Textbooks, 1800–Present. In S. Foster & K. Crawford (Eds.), *What Shall We Tell the Children?* (pp. 155–178). Information Age Publishing.
- Fortier, A.-M. (2008). *Multicultural Horizons: Diversity and the Limits of the Civil Nation*. Routledge.
- Fuchs, E., & Bock, A. (2018). *The Palgrave Handbook of Textbook Studies*. Palgrave Macmillan.
- Fuchs, E., & Otto, M. (2013). Introduction: Educational Media, Textbooks, and Postcolonial Relocations of Memory Politics in Europe. *Journal of Educational Media, Memory, and Society*, 5(1), 1–13.
- Fuentes, J. L. (2016). Cultural diversity on the Council of Europe documents: The role of education and the intercultural dialogue. *Policy Futures in Education*, 14(3), 377–391.
- Goldberg, D. T. (2006). Racial Europeanization. *Ethnic and Racial Studies*, 29(2), 331–364.
- Grégoire, N. (2010). Identity politics, social movement and the state: ‘Pan-African’ associations and the making of an ‘African community’ in Belgium’. *African Diaspora*, 3(1), 159–181.
- Hall, S. (1992). The West and the Rest: Discourse and Power. In S. Hall & B. Gieben (Eds.), *Formations of Modernity* (pp. 275–331). Polity Press.

- Hall, S. (2021). Race, the Floating Signifier: What More Is There to Say about 'Race'? In P. Gilroy & R. W. Gilmore (Eds.), *Selected Writings on Race and Difference – Stuart Hall* (pp. 359–373). Duke University Press. (Trabalho original publicado em 1997)
- Hall, C., Draper, N., McClelland, K., Donington, K., & Lang, R. (2014). *Legacies of British Slave-Ownership: Colonial Slavery and the Formation of Victorian Britain*. Cambridge University Press.
- Hondius, D. (2010). Finding Common Ground in Education About the Holocaust and Slavery. *Intercultural Education*, 21(1), 61–69.
- Jordanova, L. (2006). *History in Practice* (2nd ed.). Hodder Arnold.
- Lähdesmäki, T., Passerini, L., Kaasik-Krogerus, S., & van Huis, I. (Eds.). (2019). *Dissonant Heritages and Memories in Contemporary Europe*. Palgrave. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-11464-0>
- Lentin, A. (2008). Europe and the silence about race. *European Journal of Social Theory*, 11(4), 487–503.
- Lotem, I. (2021). *The Memory of Colonialism in Britain and France: The Sins of Silence*. Palgrave Macmillan.
- MacDonald, S. (2013). *Memorylands: Heritage and Identity in Europe Today*. Routledge.
- Marmer, E., & Sow, P. (2013). African history teaching in contemporary German textbooks: From biased knowledge to duty of remembrance. *Yesterday & Today*, (10), 49–76.
- McCarthy, C. (1993). After the Canon: Knowledge and Ideological Representation in the Multicultural Discourse on Curriculum Reform. In C. McCarthy, & W. Crichlow (Eds.), *Race, Identity, and Representation in Education* (pp. 289–305). Routledge.
- Nimako, K. (2013). Let Citizenship Blossom. In B. de S. Santos (Ed.), *Letters to the Europeans* (pp. 218–233). Centro de Estudos Sociais.
- Nimako, K., & Small, S. (2012). Collective Memory of Slavery in Great Britain and The Netherlands. In M. Schalkwijk & S. Small (Eds.), *New perspectives on slavery and colonialism in the Caribbean* (pp. 92–115). Amrit/Ninsee.
- Nora, P. (1989). Between Memory and History: Les Lieux de Mémoire. *Representations*, (26), 7–24. <https://doi.org/10.2307/2928520>
- Popkewitz, T. S. (2000). Reform as the Social Administration of the Child. In N. C. Burbules & C. A. Torres (Eds.), *Globalization and Education: Critical Perspectives* (pp. 157–186). Routledge.
- Parlamento Europeu (2020, 19 de junho). *Resolução de 19 de junho de 2020, sobre os protestos contra o racismo na sequência da morte de George Floyd (2020/2685(RSP))*. https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2020-0173_PT.html

Quijano, A. (2000). Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America. *Nepantla: Views from South*, 1(3), 533–580.

Raggi, G., Gianolla, C., & Querol, L. S. (2022). Decolonizing the narrative of Portuguese empire. Life stories of African presence, heritage and memory. In B. T. Knudsen, J. R. Oldfield, E. Buettner, & E. Zabyuan (Eds.), *Decolonizing Colonial Heritage. New Agendas, Actors and Practices in and beyond Europe* (pp. 81–103). Routledge.

Ricoeur, P. (1996). Memory, Forgetfulness and History. *The Jerusalem Philosophical Quarterly*, (45), 13–24.

Rose, J. (2016). *Interpreting Difficult History at Museums and Historic Sites*. Rowman and Littlefield.

Rothberg, M. (2009). *Multidirectional Memory. Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*. Stanford University Press.

Salema, I. (2023, 15 de janeiro). O memorial à escravatura está parado? — perguntou o historiador Lonnie Bunch (e nós também). *Público*. <https://www.publico.pt/2023/01/15/culturaipsilon/noticia/memorial-escravatura-parado-perguntou-historiador-lonnie-bunch-tambem-2035118>

Santos, P. M. (2020). Bringing Slavery into the Light in Postcolonial Portugal. *Museum Worlds*, 8(1), 46–67.

Seixas, P. (2004). *Theorizing Historical Consciousness*. University of Toronto Press.

Sharpe, C. (2016). *In the Wake: on Blackness and Being*. Duke University Press.

SIC Notícias (2023, 2 de julho). Memorial da escravatura em Lisboa está a gerar polémica. *SIC Notícias*. <https://sicnoticias.pt/cultura/2023-07-02-Memorial-da-escravatura-em-Lisboa-esta-a-gerar-polemica-284d290e>

Soysal, Y., & Schissler, H. (2005). *The Nation, Europe, and The World: Textbooks and Curricula in Transition*. Berghahn Books.

Spielhaus, R., Szakács-Behling, S., Ailincăi, A., Hopson, V., & Pecak, M. (2020). *The Representation of Roma in European Curricula and Textbooks: Analytical Report*. Council of Europe.

Trouillot, M.-R. (1995). *Silencing the past. Power and the Production of History*. Beacon Press.

Tyack, D. (1999). Monuments Between Covers: The Politics of Textbooks. *American Behavioral Scientist*, 42(6), 922–932.

Vakil, A. K. (2004). Do Outro ao Diverso – Islão e Muçulmanos em Portugal: história, discursos, identidades. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, III(5/6), 283–312.

Vergès, F. (2006). The African Slave Trade and Slavery – Blind Spots in French Thought (M. O'Neill, Trad.). *Transversal Texts*. <https://transversal.at/transversal/1206/verges/en>

Vertovec, S. (2012). "Diversity" and the Social Imaginary. *European Journal of Sociology*, 53(3), 287–312. <https://doi.org/10.1017/S000397561200015X>

Wallerstein, I. (1997). Eurocentrism and its Avatars: The Dilemmas of Social Science. *New Left Review*, 1(226), 93–107.

Weiner, M. F. (2014). (E)RACING SLAVERY: Racial Neoliberalism, Social Forgetting, and Scientific Colonialism in Dutch Primary School History Textbooks. *Du Bois Review: Social Science Research on Race*, 11(2), 329–351. <https://doi.org/10.1017/S1742058X14000149>

Wertsch, J. V. (2002). *Voices of Collective Remembering*. Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511613715>

Williams, J., & Bokhorst-Heng, W. (2016). *(Re)Constructing Memory: Textbooks, Identity, Nation, and State*. Sense Publishers.

A *Oficina do CES* é uma publicação do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra dedicada a *working papers* em formato eletrónico. Divulga versões preparatórias de textos inéditos, resultantes de projetos de investigação, de reflexões teóricas, empíricas e/ou metodológicas.



Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra

1290

UNIVERSIDADE D
COIMBRA



Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura



Universidade de
Coimbra — Alta e Seta
inscrita na Lista do Património
Mundial em 2013

Cofinanciado:



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia

ISSN 2182-7966